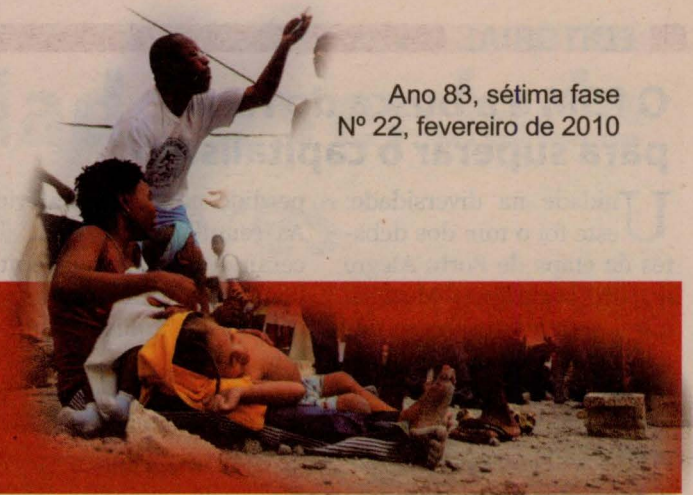


Haiti

## Um exemplo cruel da ação do imperialismo

A imposição dos interesses dos EUA criou o cenário que agravou a catástrofe

PÁGINA 4



# Direitos humanos já!

# A gente não quer só comida...

O novo Programa Nacional de Direitos Humanos sistematiza anseios democráticos do país, quer revelar verdades sobre a repressão na ditadura militar e defende a dignidade dos trabalhadores e do povo, principalmente no campo. Por que tanta gente ficou incomodada?

### Crise sem fim

As previsões sobre o desemprego no mundo em 2010 não são boas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a taxa pode chegar a 7% dos trabalhadores (em 2009 foi 6,6%), e isso representa mais 16 milhões de desempregados, cuja soma vai pular de 212 milhões para 228 milhões. Ele vai afetar principalmente os países ricos (EUA, Japão e Europa), enquanto a Ásia será a menos afetada. Entre 2007 e o final de 2010 a crise mundial vai acumular uma perda de 50 milhões de empregos. Por outro lado, o FMI prevê que a economia mundial vai crescer 3,1% em 2010 (em 2009 caiu 1,1%).

### Fórum contra Fórum

Em janeiro, em Porto Alegre e outras 26 cidades pelo mundo, reuniu-se o 10º Fórum Social Mundial descentralizado deste ano para debater os rumos da luta contra a globalização neoliberal. Ao mesmo tempo, em Davos (Suíça) os magnatas do mundo encontraram-se no 40º Fórum Econômico Mundial para – no pólo oposto – lamber as feridas e tentar achar saídas para o modelo falido. Discutiram uma regulação do sistema financeiro, sob o lema “Melhorar o Estado do Mundo: Repensar, Redesenhar, Reconstruir”. Melhorar, claro, para os banqueiros e os grandes investidores. Não para os povos.

### Quem é de Axé diz que é!

Na marcha de abertura do 10º Fórum Social Mundial (Porto Alegre), os fiéis de cultos afro-brasileiros cobraram o lançamento do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa. Ele foi adiado porque, disse a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), estava incompleto. O plano foi elaborado junto com os religiosos e prevê a regularização fundiária de terreiros, regulação da educação e preservação histórica. Foi lançado em 2009. Quem é de Axé diz que é” para dar visibilidade às religiões afro.



DM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## O FSM e a busca do rumo para superar o capitalismo

Unidade na diversidade: Este foi o tom dos debates da etapa de Porto Alegre do 10º Fórum Social Mundial que, este ano, foi descentralizado e ocorreu em mais 26 outras cidades pelo mundo afora. Em 25 de janeiro de 2001 a bandeira que diz "Um novo mundo é possível" foi desfraldada pela primeira vez em Porto Alegre (RS). Foi um enorme passo na luta contra a globalização neoliberal, que reuniu milhares de militantes de todo o mundo.

Desde então, todos os inícios de ano aquela bandeira voltou a tremular, numa rica troca de experiências que marca e aprofunda a resistência dos povos e dos trabalhadores. Ela encarna o mesmo espírito que tem animado a reunião anual dos lutadores pelo progresso social, com a diferença de que, hoje, o mundo mudou e a agenda acompanha essa mudança.

Aquela foi uma época de defensiva, e a luta anticapitalista retomava o impulso

perdido na década anterior. As reuniões anuais fortaleceram a oposição ao capitalismo e estiveram na base de algumas conquistas importantes.

Hoje, na profunda crise do capitalismo, os povos e os trabalhadores estão outra vez na vanguarda da exigência de outro mundo, que supere as mazelas do capitalismo.

O Fórum Social Mundial é o espaço de unidade na luta por um programa aceito por todos, envolvendo a continuidade da luta contra o imperialismo e a ganância dos ricos e seus desmandos financeiros, pela paz e a democracia, pelos direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos índios, dos negros, dos povos. A busca dessa unidade marca a agenda contemporânea do FSM. Agora a resistência anticapitalista precisa andar junto com a formulação de um programa que possa unir a todos na luta por outro mundo, socialista.

# Uma decisão histórica

## As Centrais convocam a 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

Uma decisão tomada em 21 de janeiro promete mexer fundo com a vida dos trabalhadores e da luta sindical no Brasil: o Fórum das Centrais Sindicais (formado pela CTB, CUT, FS, UGT, NSC e CGTB) convocou, em reunião realizada em São Paulo, na sede da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), uma nova Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) para o próximo dia 1º de junho. Ela será um marco na história do movimento sindical e terá uma importância política extraordinária para o país, avalia Wagner Gomes, presidente da CTB.

A Conclat é uma demanda antiga. Ela já apareceu em dezembro de 2007, durante o congresso de fundação da CTB. Hoje, sua convocação pelas centrais aponta para a unificação, em outro patamar, do movimento sindical brasileiro, aumentando o protagonismo político dos trabalhadores e criando as condições para elevar sua influência nas eleições de outubro deste ano.

### A Conclat vai debater e expor ao Brasil a visão dos trabalhadores sobre um novo projeto de desenvolvimento nacional

O objetivo da Conclat, diz Wagner Gomes, "será debater e expor ao Brasil a visão da classe trabalhadora sobre um novo projeto de desenvolvimento nacional". Para isso, será elaborado um documento com propostas apoiadas pelo conjunto do movimento sindical em busca do "desenvolvimento nacional e da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras", disse.

"Defendemos um projeto de nação", acrescentou, "fundado na valorização do trabalho e numa distribuição mais justa da renda nacional, que é produzida pela classe trabalhadora". Para ele, a unidade das seis centrais sindicais em torno desse projeto será "um acontecimento histórico, pois por meio dele iremos participar ativamente da disputa eleitoral de 2010, com a classe unida e a opinião dos tra-

balhadores muito bem definida". Este é, disse, "um grande feito político".

A aprovação desse documento unitário será submetida pelas centrais a mais de 10 mil sindicalistas em todo Brasil que, além disso, vão definir também o apoio a um candidato ou candidata à Presidência da República para dar continuidade ao projeto político implementado no país desde 2002 e aprofundar as mudanças. Depois de aprovado, o documento "servirá como base para avaliar qual candidato ou candidata terá condições de implantá-lo e quem merece o apoio da classe trabalhadora", arrematou Wagner Gomes, para quem a convocação da nova conferência é um grande acontecimento que "deve ser destacado em letras garrafais pelo movimento sindical brasileiro". ●

## CHARGE



## EM JANEIRO...

... a Islândia, ex-"paraíso" neoliberal europeu arrasado pela crise econômica, anunciou plebiscito sobre o calote na dívida externa (5,8 bilhões de dólares). Como não é um país latino-americano, não deu gritaria nos jornais...

## EXPEDIENTE

Proletários de todos os países, uni-vos! **Classe Operária**, jornal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). **Secretário Nacional de Comunicação:** Altamiro Borges **Editor:** José Carlos Ruy **Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira **Diretor (in Memoriam):** João Amazonas **Redatoras:** Priscila Lobregatte e Renata Mielli **Diagramação:** Marco Godoy **Contato:** Rua Rego Freitas, 192 - República - São Paulo - SP - CEP: 01220-907 **Tel.:** (11) 3054-1800 **E-mail:** classe@pcdob.org.br [www.vermelho.org.br/classe](http://www.vermelho.org.br/classe)

## Nova etapa na luta sindical

A primeira Conclat ocorre há três décadas no bojo do grande crescimento da luta operária que ocorreu desde 1978 e acelerou o fim da ditadura militar.

Uma reunião desse porte é sempre difícil de se realizar em virtude, principalmente, da resistência patronal ao avanço da luta dos trabalhadores. A 1ª Conclat reuniu, na cidade paulista de Praia Grande, entre 21 e 23 de agosto de 1981, mais de 5.030 delegados de mais de mil entidades sindicais de todo o Brasil. Foi a primeira grande reunião intersindical desde 1964 e tinha a ambição de unificar a luta operária em uma única entidade geral.

O sindicalismo, que havia sido dizimado pela ditadura militar, começava então a se reorganizar e a retomar suas entidades gerais. A 1ª Conclat foi um importante momento no avanço da luta naquela

época, com repercussão nas décadas seguintes.

A pauta daquela primeira Conclat incluiu assuntos como direito ao trabalho, saúde e previdência social, política econômica e salarial, problemas nacionais, além do projeto de criação de centrais sindicais para levar adiante a luta dos trabalhadores.

Embora a unidade não tenha sido possível, foi daquele movimento que surgiram as principais correntes hoje hegemônicas no movimento sindical. A Central Única dos Trabalhadores organizou-se à parte em 1983. Os comunistas permaneceram na CGT, em nome da unidade sindical, até 1988, quando criaram a Corrente Sindical Classista, que depois se filiou à CUT. E a CGT, mais tarde, foi o núcleo em torno do qual se organizou a Força Sindical. Da mesma forma, as demais centrais hoje atuantes partilham daquele

mesmo tronco que estava enraizado nas lutas operárias da década de 1970.

A busca da unidade, naquela ocasião, tinha como eixo a construção de uma única central. Não foi possível, assim como não foi possível, nas décadas seguintes, a convocação de uma nova Conclat. Foi o período de hegemonia neoliberal e de ataques às organizações sindicais, sob a mira dos patrões e dos governos de Fernando Collor e, depois, Fernando Henrique Cardoso, que impuseram um longo intervalo de defensiva da luta operária. Isso mudou e, hoje, os trabalhadores retomam a ofensiva e também a busca da unidade na luta, agora expressa na existência de um conjunto de centrais sindicais que articulam a ação unitária em torno do Fórum das Centrais Sindicais. É uma nova etapa da luta, que promete grandes êxitos e vitórias.



**Trabalho escravo**

O Sudeste foi a região campeã em trabalho escravo em 2009. Foram 1.310 casos; o Rio de Janeiro registrou o maior número (521). A informação é do Ministério Público do Trabalho.

**Trabalho escravo – 2**

Nas demais regiões: Centro Oeste, 972 trabalhadores escravizados; Nordeste, 874; Norte, 368; Sul, 315 casos. No total, foram resgatados no ano passado 3.571 casos – 30% menos do que em 2008, que teve 5.016 casos.

**Diminuição da pobreza**

Até 2015 só 8% dos brasileiros serão pobres (com renda per capita familiar de 137 reais). A previsão é do pesquisador Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas. Em 1993, eram 35% da população. Desde 2003 19,3 milhões de brasileiros foram tirados da pobreza pela melhoria no salário mínimo e pelos programas sociais do governo Lula.

**Mulheres no chão de fábrica**

Elas eram 16,4% dos metalúrgicos em 2008, diz um estudo do DIEESE. Eram 176 mil em 1999 e chegaram a 346 mil em 2008 – duas vezes mais. Já os homens eram 1,03 milhão e passaram para 1,76 milhão (70% a mais).



**Mas com salários menores**

Mesmo assim, elas continuam ganhando menos: o salário médio da mulher metalúrgica é 27% menor do que o dos homens, para o mesmo trabalho.

**Bancos “drogados”**

O ítalo-americano Antonio Costa (do Escritório Anti-Drogas e Anti-Crime da ONU) revelou que tráfico ajudou os bancos na crise de 2008-2009. Veio do crime, “para os bancos, em muitos momentos, o único capital de investimento líquido disponível”. Algo em torno de 300 bilhões de dólares, disse.

**DIREITOS HUMANOS**

# Busca pela dignidade e verdade incomoda conservadores

O plano do governo cutuca feridas antigas e mostra que muita gente não aceita a extensão de direitos básicos a todos os brasileiros

Para uma boa parte da fatia menor e mais rica da população brasileira, direitos humanos só servem para proteger “bandidos e vagabundos”. Para a maioria do povo, no entanto, é algo distante, que parece existir só para defender os endinheirados. Opiniões tão opostas como essas mostram como a questão ainda não está clara para grande parte da sociedade.

Com o anúncio do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (3º PNDH) no final de 2009, essa discussão foi mais uma vez deixada de lado. O motivo: alguns pontos do projeto provocaram a ira de setores mais conservadores que querem manter tudo como sempre foi, desviando a atenção do que realmente importa: a defesa de direitos fundamentais de homens e mulheres no campo e na cidade.

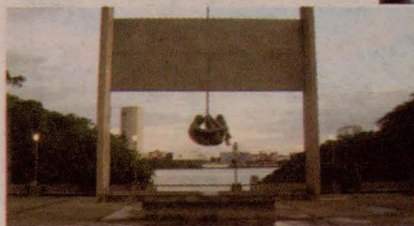
Uma das questões mais polêmicas foi a possibilidade de criação da Comissão da Verdade para esclarecer atentados contra os direitos humanos cometidos pela repressão política durante a ditadura de 1964-1985, quando centenas de opositores do regime foram seqüestrados, torturados e assassinados.

Muitos chefes militares não querem nem ouvir falar na apuração daqueles crimes e seu porta-voz, o ministro Nelson Jobim, da Defesa, viu na iniciativa do governo Lula uma forma de revanche contra fatos que, para ele, deveriam ficar no esquecimento.

Pegando carona nesse discurso, martelado pelos grandes veículos de comunicação, muitas pessoas caem no erro de também achar que o passado não deve ser remexido. Mas ele continua presente e a impunidade relacionada àqueles crimes serve para enfraquecer a luta pelos direitos humanos na atualidade.

**Punição ontem e hoje**

O Brasil não puniu nenhum daqueles torturadores. E isso fez com que a verdade sobre os anos de chumbo ficasse escondida. Ao todo foram 144 assassinatos sob tor-



RECIFE (PE) - monumento contra a tortura

tura e 125 desaparecimentos sem esclarecimento, além de inúmeras prisões ilegais e de violências praticadas contra os presos. É uma impunidade que, diz o jurista Walter Maierovitch, “afronta os direitos naturais da pessoa e dos seus familiares”. A não punição dos crimes do passado alimenta a continuidade das violações dos direitos humanos (a tortura rotineira nos presídios, o tratamento das questões sociais na ponta do chicote, o trabalho escravo, etc.) que permanecem em nossos dias.

Mas afinal, qual é a importância para o povo conhecer o que aconteceu na ditadura? A resposta é simples: construir a história de um país de maneira transparente e responsabilizando judicialmente os que cometeram abusos ajuda a mudar o que hoje acontece nas cadeias, nas ruas, nas delegacias, no campo etc., onde os atentados aos direitos humanos fazem parte de uma dura e triste rotina. Afinal, um Estado que não faz justiça contra os que erraram no passado não se prepara para encarar os problemas atuais.

Por isso, o lançamento do 3º PNDH – que não é uma lei, mas uma “carta de intenções” que futuramente pode virar em lei – vem em boa hora.

O problema é que como já houve adaptações no texto devido à chiadeira dos militares, outras mudanças podem acontecer em resposta às insatisfações de setores como os ruralistas (veja mais abaixo) e de religiosos. Por isso, é fundamental “ampliar a mobilização popular” para levar adiante as propostas do PNDH, diz o deputado Paulo Teixeira (PT-SP). Afinal, o programa contempla direitos necessários para melhorar a vida de todos os brasileiros. ●



CIDADANIA tratada a bala

**O que pensa o PCdoB**

Há muitos anos o PCdoB luta para esclarecer os crimes cometidos pela ditadura e para fazer valer os direitos de cada cidadão e cidadã. O partido perdeu 69 membros durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Diante da polêmica do 3º PNDH, emitiu nota em que diz que o programa “representa uma sistematização de importantes anseios demo-

cráticos que o país ainda necessita conquistar”.

O documento defende o direito da Nação brasileira “de conhecer a verdadeira história do País e não somente uma parte dela”; que a ditadura “foi responsável por graves atentados aos Direitos Humanos” e que “não há como avançar no terreno democrático sem que estas questões sejam suficientemente esclarecidas”.

**O direito humano à terra**

Os ruralistas não gostaram do 3º PNDH. Além de defender avanços na reforma agrária, o programa propõe que as reintegrações de posse, em casos de ocupação, só podem ser feitas após a realização de audiências de conciliação na Justiça. Isso pode significar um passo importante no combate à violência no campo, que é alta. Desde sempre, boa parte dos donos de grandes posses de terra expulsam famílias inteiras do campo. E, quando manifestantes de organizações sociais – como os do Movimento dos Sem Terra (MST) – tentam lutar por uma reforma agrária que inclua a população pobre, são sempre tratados a bala. Um balanço da Comis-

são Pastoral da Terra (CPT) mostrou que 25 lavradores foram mortos entre janeiro e novembro de 2009, período em que ocorreram 731 conflitos rurais e em que 1.612 famílias foram expulsas da terra. Também houve aumento nos casos de torturas, que passaram de três para 20.

Há grandes fazendeiros que querem ignorar essa triste realidade. Acostumados a impor suas regras no campo, os latifundiários reagiram. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), latifundiária e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, acusou o governo de usar “a máscara dos direitos humanos, um pretexto total, para criar esse inferno e o povo defendendo seus direitos.”

**CDM**  
 Centro de Documentação e Memória  
 Fundação Maurício Grabois



# Um exemplo cruel da ação do imperialismo

A imposição dos interesses dos EUA criou o cenário que agravou as consequências da catástrofe

O terremoto que destruiu Porto Príncipe, capital do Haiti, em 12 de janeiro de 2010, com mais de 150 mil mortos e mais de três milhões de desabrigados, foi um desastre natural agravado pelas chagas sociais provocadas pelo imperialismo.

O Haiti sofreu, no século XX, várias intervenções diretas dos EUA: ocupação militar desde 1915, apoio à ditadura de Papa Doc e seu filho Baby Doc, de 1957 a 1986, e depois as reformas neoliberais impostas pelo FMI, Banco Mundial e governo dos EUA.

Assim foi desenhado o cenário da catástrofe: empobrecimento e precarização das condições de vida do povo que, hoje, tem cerca de 80% vivendo abaixo da linha da pobreza. Os empregos prometidos nunca vieram, e as mudanças no campo arruinaram os pequenos agricultores e provocaram o êxodo rural que encheu de favelas a periferia da capital. O resultado: a po-



DESALOJADOS diante das ruínas do Palácio do Governo...

breza extrema, expressa no 146º lugar (um dos últimos) no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

Agora, numa disputa aberta de poder, o governo de Washington faz de tudo para abocanhar o controle da ilha. O que ocorre no Haiti é o exemplo cruel da ação do imperialismo e de seus objetivos militaristas e agressivos contra os povos.

O jornalista Kim Ives, editor do periódico *Haiti Liberte* e, há alguns anos, morador do país, denunciou – em uma

entrevista à publicação progressista *Democracy Now!*, de Nova York, o “terremoto político e econômico” que ocorreu antes no país, imposto pelos governos dos EUA.

O centro desse terremoto foram os dois golpes de Estado de 1991-1994 e de 2004, com apoio dos EUA, para afastar do poder o governo nacionalista do padre presidente Jean Bertrand Aristide. Ele derrotou o esquema eleitoral apoiado pelos EUA e, ao tomar posse em 7 de fevereiro

**A estatal que produzia farinha de trigo foi privatizada e fechada. Hoje o Haiti importa trigo. Dos EUA.**

de 1991, declarou a segunda independência do Haiti. Acabou deposto e exilado.

A orientação nacionalista de Aristide foi substituída por governos submissos aos EUA, que promoveram não só a privatização de empresas estatais, mas facilitaram a especulação com gêneros alimentícios. Especialmente o arroz, que vinha dos EUA com forte subsídio. Os pequenos agricultores haitianos, que o produziam, não aguentaram a concorrência e faliram, vindo engrossar a

população pobre das favelas de Porto Príncipe.

As estatais haitianas foram vendidas a investidores dos EUA e estrangeiros, denunciou Ives. Entre elas a Minoterie d’Haiti e a Ciment d’Haiti, que produziam farinha de trigo e cimento. “A respeito do trigo, agora temos uma população faminta”, explicou o jornalista. A estatal foi vendida para uma multinacional e, logo depois, fechada. “E agora o Haiti não tem um moinho de trigo, nem estatal nem privado”. É preciso importá-lo, “e boa parte vem dos EUA”.

Com a telefonia aconteceu a mesma coisa. A Teleco, estatal, foi privatizada uma semana antes do terremoto. Antes de privatizá-la, porém, ela foi sucateada, como um sindicalista do setor de telecomunicações relatou a Ives. Ele mostrou ao jornalista um galpão com equipamentos modernos, mas que não podia ser usado. “Estão sucateando a companhia estatal para privatizá-la”, denunciou. Hoje, as comunicações do país são controladas por três companhias estrangeiras de telefonia celular: Digicel, Voila e Haitel. ●



... vasculham...



... os escombros da capital

## Uma história gloriosa e opressiva

Uma revolução escrava que deu certo. E o país foi cercado

O Haiti foi o primeiro país da América Latina a conquistar a independência. Os escravos da ilha se levantaram no final do século 18 e venceram – foi a primeira e única revolta escrava na história que venceu. Em 1804 o país se tornou independente, e enfrentou o cerco das demais nações americanas e europeias. Foi forçado a aceitar o pagamento de uma indenização de 150 milhões de francos (depois reduzida para 90 milhões) à França, como indenização pela independência. Era uma espoliação

maior do que a economia haitiana podia suportar. Os EUA só reconheceram a independência 60 anos depois, após a guerra civil que acabou com a escravidão nas terras de Tio Sam. Em 1915 o país foi ocupado por tropas americanas, que lá ficaram até 1934. Mesmo assim, o Haiti continuou sob controle dos EUA. Em 1957, com apoio de Washington, François Duvalier, o “Papa Doc”, tomou o poder, iniciando uma ditadura terrorista que só terminaria em 1986, na graças a fortes protestos populares.

## A organização popular diante do caos

Como os moradores da periferia de Porto Príncipe enfrentam suas enormes dificuldades

Kim Ivez se revolta contra a mídia e os governos estrangeiros que, diante do desastre e da pobreza dos haitianos, insistem em propagar a “incapacidade” dos haitianos para enfrentar o caos. “Vemos em todas as partes do Haiti que a população se organiza em comitês populares para limpar, tirar os cadáveres dos escombros, construir acampamentos de refugiados, estabelecer segurança para esse acampamentos. Esta é uma população que é autossuficiente, e tem sido já faz muitos anos”. Uma semana depois do terremoto, no dia 19, ele viu em frente ao hospital geral, em Porto Príncipe, cenas que mostram o comportamento

inadequado das tropas dos EUA no país. “As pessoas entravam e saiam do hospital para levar comida aos seus ou porque precisavam de assistência, e um grupo de soldados da brigada 82 aerotransportada, colocados em frente ao hospital, gritava em inglês para a multidão. Não sabiam o que faziam, e aumentavam o caos ao invés de diminuí-lo. Teria sido cômico se não fosse trágico”.

### Uma distribuição ordeira e equitativa

Em outra noite, ele viu como uma comunidade de Porto Príncipe organizava, ela própria, a distribuição de alimentos. “Um carregamento de alimentos chegou

durante a noite sem aviso prévio. Podia ter ocorrido uma batalha campal”. Entretanto, rapidamente a organização popular local mobilizou seus militantes. “Formaram uma fila com as 600 pessoas acampadas no campo de futebol atrás da casa, que também é um hospital, e repartiram a comida de forma ordeira e equitativa. Foram completamente capazes. Não precisam dos marines. Não precisam da ONU. Não precisam de nenhuma dessas coisas que a mídia, Hillary Clinton e as autoridades estrangeiras nos asseguram que precisam. Essas são coisas que o povo mesmo e esta fazendo para si mesmo”.



Saiba mais sobre o PCdoB e filie-se:

[www.pcdob.org.br](http://www.pcdob.org.br)



Acesse também o portal da esquerda bem informada

[www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois